

CIF-CJ, FUNCIONALIDADE E INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EIXO TEMÁTICO: 12
TIPO DO ESTUDO: PP

Gisele Lopes Guerra GASPAR

giza.guerra@gmail.com

Estudante de Doutorado / Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Beatriz Estevan PEREIRA

beatriz.estevanpereira@gmail.com

Estudante de Mestrado / Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Edicléa Mascarenhas FERNANDES

professoraediclea.uerj@gmail.com

Professora da Educação Superior / Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e
Cultura
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

RESUMO: Este artigo explora a funcionalidade como base para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil, abordando os desafios na efetivação da inclusão escolar. O estudo objetivou analisar como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens, sob a perspectiva biopsicossocial, contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento integral dessas crianças. A metodologia empregou pesquisa exploratória e descritiva, utilizando abordagem qualitativa por revisão bibliográfica e abordagem quantitativa por análise documental de dados de matrícula de 2025 da rede municipal de Nova Iguaçu. Os resultados parciais indicam que 1.689 alunos com Transtorno do Espectro Autista foram registrados, sendo 287 deles, representando 17% do total, matriculados na Educação Infantil. Este dado ressalta a relevância da intervenção precoce nesta fase educacional. Conclui-se que a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens, quando utilizada em complementaridade com o Currículo Funcional Natural, emerge como ferramenta essencial para identificar e superar barreiras, capacitar educadores e promover a participação de crianças com Transtorno do Espectro Autista, assegurando uma educação inclusiva e adaptada às suas necessidades individuais.

Palavras-chave: desenvolvimento. autismo. modelo biopsicossocial

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é, por excelência, um espaço de interação e desenvolvimento humano. Para qualquer criança, é nesse contexto que surgem oportunidades naturais de convívio, comunicação e aprendizado, elementos essenciais para a construção de habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado, quando vivenciado na coletividade, ganha significado pois “representa uma inserção de fato no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade”. (BRASIL, 1998, p. 35)

Para crianças com deficiência, como aquelas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, a inclusão escolar representa não apenas um direito, mas uma oportunidade única de participar ativamente de um ambiente que valoriza a diversidade e promove o aprendizado significativo.

Na Educação Infantil, etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, a escolarização e a intervenção precoce desempenham um papel determinante. Como destacam Bersch e Machado (2007), crianças com deficiência podem enfrentar privações de experiências sensoriais e motoras devido às limitações em explorar espontaneamente o ambiente. Essa privação pode comprometer o desenvolvimento global, justificando a importância de intervenções precoces que favoreçam uma relação rica com o outro e com o meio.

Dessa maneira, os espaços da creche e da pré-escola assumem um papel essencial ao oferecer à criança com deficiência experiências que favoreçam seu desenvolvimento integral, como brincadeiras corporais e sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo, espaço e afeto. Essas atividades possibilitam que a criança pequena com deficiência explore, movimente-se, toque, perceba, compare e atribua significado ao que percebe com os sentidos, da mesma forma que qualquer outra criança de sua idade (Bersch et Machado, 2007).

Para crianças com TEA, a intervenção precoce no ambiente educacional possibilita a estimulação de habilidades fundamentais, como a comunicação, a interação social e a autonomia, ao mesmo tempo em que promove a redução de barreiras ao aprendizado e à participação (Rinaldo, 2023). Contudo, a efetivação da inclusão escolar de crianças com TEA ainda enfrenta desafios significativos. Apesar dos avanços legislativos que garantem o direito à educação inclusiva, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a ausência de práticas pedagógicas

sistematizadas e a falta de formação docente adequada comprometem a qualidade da experiência educacional dessas crianças. Muitas vezes, crianças com deficiência permanecem à margem das atividades escolares, realizando tarefas condicionadas e sem sentido, o que reforça a exclusão dentro do próprio espaço que deveria promovê-las.

Nesse contexto, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens - CIF-CJ, fundamentada no modelo biopsicossocial, emerge como uma ferramenta promissora para subsidiar práticas pedagógicas inclusivas. Ao considerar a interação dinâmica entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, a CIF-CJ permite uma compreensão mais ampla e individualizada das necessidades e potencialidades das crianças com TEA, promovendo a identificação de barreiras e facilitadores no ambiente escolar. Essa abordagem possibilita a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, no qual todas as crianças, independentemente de suas condições, possam participar ativamente e desenvolver suas habilidades em um contexto significativo.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar como a CIF-CJ, sob a perspectiva biopsicossocial, pode contribuir para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral e a participação ativa dessas crianças no ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, com abordagem predominantemente qualitativa, complementada por dados quantitativos para contextualização. O método empregado baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de funcionalidade, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens - CIF-CJ e Currículo Funcional Natural - CFN. Para tanto, foram consultadas obras de referência, artigos científicos e documentos oficiais que fundamentam a discussão sobre a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil.

Adicionalmente, para contextualizar a relevância do tema, foram utilizados dados referentes à matrícula de alunos com TEA na rede municipal de Nova Iguaçu

no ano letivo de 2025. Esses dados foram obtidos por meio de análise documental, visando apresentar um panorama empírico da distribuição desses estudantes nas diferentes etapas da educação básica e justificar a delimitação do escopo da pesquisa. A análise dos dados buscou identificar a concentração de alunos com TEA na Educação Infantil, reforçando a importância da intervenção precoce e das práticas inclusivas discutidas teoricamente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno do Espectro Autista é conceituado como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social, acompanhados de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (American Psychiatric Association, 2014). A designação “espectro” reflete a ampla variabilidade na manifestação dos sintomas, que podem variar de leves a severos, demandando diferentes níveis de suporte.

No contexto educacional, as características do TEA impactam diretamente a aprendizagem escolar. Crianças no espectro autista podem apresentar desafios significativos em áreas como a linguagem expressiva e receptiva, a socialização com pares e a compreensão de regras sociais implícitas. Além disso, a hipersensibilidade sensorial é uma particularidade que pode afetar a concentração e o bem-estar durante as atividades em sala de aula.

Diante dessas especificidades, torna-se evidente a necessidade de adaptações curriculares, metodologias de ensino diferenciadas e suporte especializado para que esses estudantes possam alcançar o aprendizado de maneira eficaz (Costa Júnior et al., 2022). Modelos estruturados, rotinas previsíveis e o uso de suportes visuais são estratégias que podem facilitar a aquisição de conhecimentos e a participação ativa no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil, fase crucial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Para transpor os desafios da inclusão e promover um atendimento educacional verdadeiramente individualizado, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, em sua versão para Crianças e Jovens - CIF-CJ, apresenta-se como uma ferramenta interdisciplinar. Ela é capaz de subsidiar uma avaliação multifatorial de alunos com TEA, fornecendo uma estrutura para

analisar o funcionamento das crianças e jovens em diversas áreas, como mobilidade, cognição, comunicação e participação social.

Desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), a CIF-CJ fundamenta-se no modelo biopsicossocial, que representa uma mudança paradigmática na compreensão da deficiência. Ao longo da história, a concepção de deficiência era definida pelo modelo biomédico que enxerga a deficiência como uma condição intrínseca ao indivíduo, resultado de impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais classificados como desvantagens naturais (Diniz et al., 2009).

Já o modelo biopsicossocial, consolidado pela Organização Mundial da Saúde - OMS na publicação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF em 2001, representa uma abordagem ampliada e integrada para compreender as deficiências. Essa classificação considera três categorias principais: Funções e Estruturas do Corpo, Atividades e Participação, além dos Fatores Contextuais, que englobam aspectos ambientais e pessoais.

A CIF baseia-se numa integração desses dois modelos opostos. Para se obter a integração das várias perspectivas de funcionalidade é utilizada uma abordagem biopsicossocial. Assim, a CIF tenta chegar a uma síntese que ofereça uma visão coerente das diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social. (OMS, 2003)

Baseado na interconexão entre essas categorias, o modelo permite avaliar o desempenho do indivíduo em atividades da vida diária e prática, identificando limitações e restrições de participação em diferentes aspectos da vida. Essa perspectiva amplia a compreensão das deficiências, ao não se limitar apenas às condições médicas, mas também ao considerar os impactos sociais e ambientais.

Os fatores contextuais, como residência, trabalho, escola, atividades comunitárias, políticas governamentais e redes de apoio, são destacados como elementos de grande influência na experiência da deficiência. Ambientes que apresentam mais ou menos barreiras podem prejudicar ou favorecer a participação das pessoas com deficiência na sociedade, evidenciando o papel do contexto na inclusão e no bem-estar (Verzolla, 2023).

Dessa forma, o modelo biopsicossocial oferece uma visão abrangente ao promover uma abordagem mais adequada às necessidades das pessoas com deficiência. Ao identificar barreiras e potencialidades, orienta a elaboração de Planos

Educacionais Individualizados que favoreçam a participação e o desenvolvimento integral do estudante.

No contexto do TEA, a aplicação da CIF-CJ permite uma compreensão mais aprofundada das necessidades e potencialidades dos estudantes. Ao invés de focar apenas no diagnóstico, a ferramenta direciona o olhar para o funcionamento da criança em seu ambiente, possibilitando a identificação das barreiras e facilitadores do processo educacional e, conseqüentemente, a implementação de estratégias que favoreçam a inclusão escolar (Rosario et al., 2009). Essa perspectiva potencializa o planejamento pedagógico, pois contribui para a construção de planos mais adequados e personalizados, sensíveis às necessidades dos alunos com TEA.

A relevância da CIF-CJ estende-se à formação docente, capacitando professores na interpretação das características do TEA e na adaptação de estratégias e recursos didáticos. Além disso, a complexidade inerente às necessidades de crianças com TEA exige, por natureza, uma abordagem colaborativa e integrada. Nesse cenário, a CIF-CJ fomenta a interação interdisciplinar entre profissionais da saúde, da educação e da família, constituindo-se como um procedimento unificador para o trabalho conjunto. Conforme Rosario et al. (2009, p. 133), a utilização de seus códigos como linguagem universal para definir as características de funcionalidade e saúde permite que profissionais de diversas áreas compartilhem informações e compreendam a contribuição específica de cada campo do saber para o bem-estar global da criança. Essa colaboração é essencial para garantir a efetividade das práticas inclusivas, superando a fragmentação do cuidado em favor de uma visão que considera o indivíduo em sua totalidade.

A apropriação da CIF-CJ pelas equipes pedagógicas pode redefinir a maneira como se aborda as necessidades de crianças e jovens, especialmente nos campos da Educação Especial. Sua influência desfila desde as concepções teóricas da deficiência até as práticas cotidianas de avaliação e intervenção, gerando um impacto na compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem.

Ao superar o modelo diagnóstico tradicional, a CIF-CJ reforça uma mudança paradigmática em que a identificação de uma condição específica ditava as intervenções e prática docente, sem oferecer um panorama claro da funcionalidade efetiva da criança (Rosario et al, 2009).

A CIF-CJ rompe com essa limitação ao direcionar o foco para a funcionalidade individual, detalhando como a criança se engaja em atividades e participa de seu ambiente, ao invés de se ater exclusivamente à patologia. Essa abordagem mais rica oferece uma perspectiva aprofundada sobre o desenvolvimento humano e direciona a atenção do professor para as habilidades emergentes e as necessidades de suporte específicas, em detrimento de uma visão centrada em limitações.

Mesmo não se constituindo um instrumento de avaliação em si, a CIF-CJ serve como uma ponte para a interpretação e sumarização dos resultados provenientes de diversas ferramentas de avaliação da funcionalidade. Essa característica a eleva a um patamar de aliada no processo de avaliação-intervenção. Sua estrutura, conforme explicitado por Rosário et al. (2009, p. 133), “auxilia na organização da informação, clarifica a avaliação realizada e facilita a comunicação entre técnicos, família e serviços. Assim, as unidades de classificação são as características funcionais e não os diagnósticos clínicos”.

Essa organização é de grande valia para a construção de Planos Educacionais Individualizados, ao permitir uma descrição mais detalhada das características funcionais da criança. Em consequência, a CIF-CJ fornece uma base sólida para a definição de objetivos de aprendizagem, direcionando o olhar do professor para as demandas cotidianas da criança e para as habilidades que necessitam ser aprimoradas visando sua autonomia.

Um dos pilares conceituais da CIF-CJ é o reconhecimento explícito do papel que o ambiente desempenha na funcionalidade e na experiência de incapacidade. Esta perspectiva alinha-se ao paradigma biopsicossocial, que compreende a incapacidade como um resultado da complexa interação entre as características da pessoa e os fatores ambientais circundantes (Rosario et al, 2009).

Esse reconhecimento no contexto da aprendizagem escolar direciona a atenção do professor para o impacto das barreiras e da acessibilidade. Sabemos que barreiras físicas, sociais e atitudinais presentes no ambiente escolar podem limitar a participação e a aprendizagem de uma criança, independentemente de suas condições de saúde. (Fernandes et Orrico, 2012) Ao identificar os facilitadores e as barreiras existentes, a CIF-CJ capacita professores a intervir não apenas sobre as características da criança, mas principalmente sobre o próprio ambiente, promovendo a acessibilidade em suas múltiplas formas (física, pedagógica,

comunicacional) e removendo os obstáculos que impedem o pleno desenvolvimento e a participação ativa no processo educacional.

Por fim, a complexidade inerente às necessidades de crianças com TEA exige, por natureza, uma abordagem colaborativa e integrada. Nesse cenário, “a CIF-CJ se constitui como um procedimento unificador para o trabalho interdisciplinar através da utilização dos códigos, enquanto linguagem universal para definir as características de funcionalidade e saúde” (Rosario et al, 2009, p. 133). Essa linguagem comum é o que permite que profissionais de diversas áreas compartilhem informações e compreendam a contribuição específica de cada campo do saber para o bem-estar global da criança. Supera-se, assim, a fragmentação do cuidado, onde cada especialista tende a focar exclusivamente em sua própria área, em favor de uma visão que considera o indivíduo em sua totalidade.

Em consonância com a perspectiva funcional e contextualizada da CIF-CJ, o Currículo Funcional Natural - CFN apresenta-se como uma estratégia pedagógica potente para a inclusão de estudantes com TEA na Educação Infantil. O CFN visa “desenvolver habilidades que levassem as crianças a atuarem da melhor forma possível dentro do seu ambiente tornando-as mais independentes e criativas” (Suplino, 2009, p.32), priorizando competências práticas que favoreçam a autonomia e a qualidade de vida em seus contextos cotidianos.

Diferentemente dos currículos acadêmicos tradicionais, o CFN organiza o processo de ensino-aprendizagem a partir das necessidades reais dos alunos. Ele se destaca por empregar situações naturais como oportunidades de ensino, o que facilita a generalização das aprendizagens para diferentes ambientes e interações (Suplino, 2009). Para alunos com TEA, essa abordagem é particularmente eficaz, pois considera a singularidade de cada estudante, favorecendo a aplicabilidade das aprendizagens em diversos contextos.

A relevância do CFN para a educação inclusiva de crianças com TEA está em seus princípios norteadores, que incluem a consideração das singularidades de desenvolvimento, a crença na possibilidade de aprendizagem de todos e o reconhecimento da família como parceira essencial no processo. Esses pilares reforçam a importância de um olhar atento às especificidades de cada criança, promovendo práticas pedagógicas que respeitem e valorizem suas potencialidades.

A adoção do CFN como eixo estruturante, aliada às avaliações funcionais proporcionadas pela CIF-CJ, constitui uma alternativa poderosa para a efetivação da

educação inclusiva. Essa abordagem permite reconhecer a criança em sua totalidade, valorizar sua capacidade de aprendizagem e fomentar sua participação ativa na escola, na família e na comunidade, ampliando as oportunidades de inclusão.

A complementaridade entre o CFN e a CIF-CJ é clara. Enquanto o Currículo Funcional Natural orienta a construção de um currículo focado no desenvolvimento de habilidades funcionais, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para Crianças e Jovens oferece suporte para a identificação de necessidades individuais e a avaliação do progresso. Essa integração fortalece o planejamento educacional e contribui para a implementação de práticas eficazes e inclusivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão do cenário educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em um determinado município é fundamental para o planejamento de políticas públicas e práticas inclusivas eficazes. Neste sentido, para contextualizar a relevância da presente pesquisa e justificar a delimitação de seu escopo, apresentam-se os dados de matrícula de alunos com TEA na rede municipal de Nova Iguaçu para o ano letivo de 2025. Este panorama geral permite identificar a distribuição desses estudantes pelas diferentes etapas da educação básica, oferecendo uma base empírica para a análise das necessidades e desafios específicos de cada fase.

A rede municipal de Nova Iguaçu registrou um total de 1.689 alunos com TEA matriculados em 2025. A distribuição desses estudantes pelas etapas de ensino é a seguinte:

- Educação Infantil: 287 alunos, representando aproximadamente 17% do total.
- Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 1.058 alunos, correspondendo a cerca de 63% do total.
- Anos Finais do Ensino Fundamental: 309 alunos, ou aproximadamente 18% do total.
- Classes Especiais e Educação de Jovens e Adultos: 35 alunos, perfazendo cerca de 2% do total.

Essa distribuição revela que a maior concentração de alunos com TEA na rede municipal de Nova Iguaçu se encontra nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seguidos pelos Anos Finais e, em terceiro lugar, pela Educação Infantil. Embora os Anos Iniciais concentrem a maior parte dos estudantes, a presença significativa de crianças com TEA na Educação Infantil merece atenção especial, dada a importância crítica desta fase para o desenvolvimento humano e para a efetividade das intervenções.

A intervenção precoce é um pilar fundamental no suporte ao desenvolvimento de crianças com TEA, e a Educação Infantil se configura como um ambiente privilegiado para a sua efetivação. É nesse período que as bases para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e comunicacional são estabelecidas, tornando as experiências e os suportes oferecidos na creche e pré-escola de valor inestimável. A capacidade de identificar e atuar sobre as necessidades e potencialidades das crianças com TEA desde os primeiros anos de vida escolar pode impactar profundamente sua trajetória de desenvolvimento, promovendo a aquisição de habilidades essenciais e facilitando sua participação plena em diversos contextos.

A Educação Infantil oferece um ambiente rico para a estimulação de experiências sensoriais, motoras e sociais, que são os pressupostos para o processo de escolarização subsequente. Para crianças com TEA, este período representa uma janela de oportunidade para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como a comunicação funcional, a interação social recíproca e a autonomia nas atividades cotidianas. Ao focar na funcionalidade e na participação ativa da criança desde os primeiros anos escolares, é possível não apenas mitigar barreiras de aprendizagem, mas também promover um desenvolvimento mais robusto e adaptativo.

Apesar dos avanços legislativos que asseguram o direito à educação inclusiva, a efetivação de práticas pedagógicas sistematizadas e a formação continuada de educadores ainda representam desafios consideráveis. Nesse contexto, a aplicação de ferramentas como a CIF-CJ torna-se particularmente relevante. Ela permite uma compreensão aprofundada e individualizada das necessidades e potencialidades de cada criança, orientando a criação de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos e adaptados. A significativa presença de crianças com TEA na Educação Infantil de Nova Iguaçu, conforme os dados

apresentados, ressalta a importância de estudos e intervenções que visem aprimorar as práticas inclusivas nesta fase decisiva, garantindo que o potencial de cada criança seja plenamente desenvolvido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil representa um desafio complexo, mas fundamental para o desenvolvimento integral e a participação ativa desses estudantes. Conforme proposto no objetivo deste artigo, a análise da CIF-CJ, sob a perspectiva biopsicossocial, revelou-se uma ferramenta promissora e indispensável para a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Ao longo deste estudo, demonstrou-se que a CIF-CJ transcende o modelo diagnóstico tradicional, que foca unicamente na patologia, para oferecer uma compreensão holística da funcionalidade da criança com TEA. Essa abordagem, fundamentada no modelo biopsicossocial, permite identificar não apenas as limitações, mas, sobretudo, as potencialidades, as atividades em que a criança se engaja e sua participação no ambiente escolar. A integração das categorias de Funções e Estruturas do Corpo, Atividades e Participação, e Fatores Contextuais, conforme preconizado pela OMS, possibilita uma avaliação multifatorial que considera a complexa interação entre as características individuais e as barreiras ou facilitadores ambientais.

A relevância da CIF-CJ estende-se à capacitação docente, ao fomentar uma linguagem universal que unifica o trabalho interdisciplinar entre profissionais da saúde, educação e família, superando a fragmentação do cuidado e promovendo uma visão integrada do indivíduo. Além disso, a complementaridade da CIF-CJ com o Currículo Funcional Natural emerge como uma estratégia pedagógica potente. Enquanto o CFN orienta a construção de um currículo focado no desenvolvimento de habilidades funcionais e na autonomia, a CIF-CJ oferece o suporte para a identificação precisa das necessidades individuais e a avaliação do progresso, fortalecendo o planejamento educacional e a aplicabilidade das aprendizagens em diversos contextos.

Os resultados parciais apresentados, que contextualizam a presença significativa de 1.689 alunos com TEA na rede municipal de Nova Iguaçu em 2025, com 287 (17%) na Educação Infantil, reforçam a pertinência da aplicação dessas

abordagens. A concentração de estudantes com TEA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (63%) e a presença notável na Educação Infantil sublinham a necessidade crítica de intervenções precoces e de práticas pedagógicas adaptadas desde os primeiros anos da escolarização. A Educação Infantil, como ambiente privilegiado para a estimulação de experiências sensoriais, motoras e sociais, configura-se como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, como a comunicação funcional, a interação social recíproca e a autonomia.

Em suma, a adoção da CIF-CJ e do CFN não apenas alinha as práticas educacionais com os avanços legislativos em inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), mas também oferece um caminho concreto para superar os desafios da ausência de práticas sistematizadas e da formação docente inadequada. Ao focar na funcionalidade e na participação, essas ferramentas capacitam educadores a intervir sobre o ambiente, removendo barreiras e promovendo a acessibilidade em suas múltiplas formas (física, pedagógica, comunicacional), garantindo que o potencial de cada criança com TEA seja plenamente desenvolvido.

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos de caso que detalhem a implementação da CIF-CJ e do CFN em salas de aula da Educação Infantil, avaliando o impacto direto dessas metodologias no desenvolvimento e na participação de crianças com TEA. Seria valioso também investigar a percepção de pais e educadores sobre a efetividade dessas abordagens e os desafios na sua aplicação prática.

REFERÊNCIAS COM HIPERLINKS

American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5a ed.). Artmed.

Bersch, R., & Machado, R. (2007). Conhecendo o aluno com deficiência física. In C. R. Schirmer, N. Browning, R. Bersch, & R. Machado (Orgs.), *Atendimento educacional especializado: Deficiência física* (pp. 19-27).

[Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência \(Estatuto da Pessoa com Deficiência\). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2. \(link externo\)](#)

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). *Referencial curricular nacional para a educação infantil* (Vol. 1). MEC/SEF.

[Costa Júnior, J. F., et al. \(2022\). Reflexões sobre as TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação e as Metodologias Ativas no processo de Ensino-aprendizagem. In C. N. Cavalheiro & L. K. A. Lima \(Orgs.\), *Caminhos da Educação: Concepções e Desdobramentos* \(Vol. 2, pp. 42-62\). Editora MultiAtual. \(link externo\)](#)

[Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. \(2009\). Deficiência, direitos humanos e justiça. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6\(11\), 65-77. \(link externo\)](#)

Fernandes, E. M., Orrico, H. F. (2012). *Acessibilidade e inclusão social* (2a. ed.). Deescubra.

Organização Mundial de Saúde. (2003). *CIF-CJ - Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da criança e jovem*. EDUSP.

Rinaldo, S. D. O. (2023, Dezembro). *Possibilidades do coensino com crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil*. Trabalho apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Educação Especial.

[Rosário, H., Leal, T., Pinto, A. I., & Simeonsson, R. J. \(2009\). Utilidade da classificação internacional da funcionalidade, incapacidade e saúde: Versão para crianças e jovens \(CIF-CJ\) no contexto da intervenção precoce e da educação especial. *PSICOLOGIA*, 23\(2\), 129–139. \(link externo\)](#)

[Verzolla, B. L. P. \(2023\). Perspectivas de utilização do modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência na área de educação escolar no Brasil. *Revista Educação Especial em Debate*, 8\(15\). \(link externo\)](#)